



Ofensiva de classe frente aos ataques do Capital

Editorial

O ano que iniciamos vai ser crucial no combate que o Capital vem incansavelmente travando contra as conquistas laborais e sociais atingidas pol@s trabalhadoras e trabalhadoras em mais de século e meio de luta de classes.

Os retrocessos nas nossas condições de trabalho e de vida, nos nossos direitos democráticos, acelerados desde a década passada, som fruto das dificuldades experimentadas pelo movimento obreiro para manter umha firme atitude de resistência e combate contra os objectivos da burguesia de recuperar a taxa de ganho que se vira obrigada a distribuir para neutralizar em Ocidente o avanço da luta da classe trabalhadora.

Dificuldades derivadas da intensa subjectivação da derrota provocada pola implosom do regime soviético e posterior vitória da globalização capitalista, com o conseguinte desmantelamento da frágil ordem *keynesiana* e imposição do vigente caos universal a que nos está levando o capitalismo na sua selvagem fase neoliberal.

A morna resposta do sindicalismo tradicional, e dumha boa parte das organizações e partidos de esquerda, inclusive os revolucionários, consistiu em abraçar sem reservas o "diálogo social", esse perverso instrumento empregado pola burguesia e os seus governos para ganhar tempo, introduzir confusão, dividir a unidade de classe, cooptar as corruptas aristocracias obreiras empoleiradas nos sindicatos financiados polo Capital, e deste jeito ir aplicando sem grandes resistências os seus planos estratégicos. A concertação significa, nem mais nem menos, consenso neoliberal.

Flexibilizar e desregular o mercado laboral mediante contínuas reformas consistentes no embaretecimento do

despedimento, na precarização laboral, no congelamento salarial, alargamento da jornada laboral, na redução das pensões, supressom das prestações sociais, combinado com a privatização dos serviços públicos e dos sectores estratégicos da economia, tenhem sido os principais eixos desta ofensiva que pretende converter a mão de obra numha simples mercadoria.

Mas a burguesia é insaciável na sua ilimitada voracidade e, perante a grave crise do sistema capitalista, nom se conforma com o recuperado nestes anos de cessons por parte do movimento obreiro e popular. Necesita e quer mais.

Assim devemos interpretar as diferentes iniciativas com que pretendem golpear-nos a escala da UE mediante a Directiva Bolkestein e a Directiva para a ordenação do mercado do trabalho, a nível estatal com a reforma laboral que CC.OO e UGT están a pactuar com o patronato e o governo de Zapatero, e no âmbito autonómico com o pacto social promovido polo bipartido e a CEG com as grandes centrais sindicais.

Unidade de classe para fazer frente às anunciadas agressons

A única possibilidade, mas também a nossa melhor arma, para evitar que se consumem estes novos ataques, reside na imensa potencialidade da classe trabalhadora galega para empregar todos os meios de luta que considere oportunos para fazer frente aos planos do capital transnacional, espanhol e autóctone.

Nom só cumpre informar nas empresas e centros de trabalho, debater os objectivos e conseqüências destes planos, também é necessário injectar consciência, isolar

Sumário

3 Ameaça o Exército espanhol a democracia espanhola?

André Seoane

4-5 Sobre a interiorização da terminologia burguesa por parte do movimento popular

Alberte Moço Quintela

5-6 Crise ou crises no nacionalismo galego

Carlos Morais

7 Vinte teses sobre a situação em Euskal Herria

Iñaki Gil de San Vicente

8 Revolução Galega

1996-2006 X aniversário de Primeira Linha

presas políticas galegas
LIBERDADE
presos políticos galegos



a resignação e o conformismo, gerar dinâmicas de luta, demonstrar sobre o terreno a imensa força da unidade operária, desmascarar as práticas colaboracionistas do sindicalismo amarelo, ligar os objectivos tácticos do presente com os estratégicos de superação do capitalismo, da opressão nacional e marginalização das mulheres por meio dumha Revolução Socialista.

A mobilização convocada pela CIG no passado 14 de Fevereiro na Corunha contra a Directiva Bolkestein nom deveria ser um facto isolado, deve ser o arranque de um processo de mobilização operária contra esta ofensiva. É necessária a recuperação da iniciativa por parte do movimento obreiro.

As promessas incumpridas polos falsos governos "amigos"

No equador da legislatura de Zapatero no governo espanhol, e mais de meio ano depois da substituição de Fraga na Junta polo tandem Tourinho-Quintana, nengumha das grandes promessas que seduziram amplas massas trabalhadoras, logrando o apoio eleitoral às suas candidaturas, fôrom cumpridas. Esta é a crua realidade. Até o momento, o PSOE e os seus aliados na Comunidade Autónoma Galega mantêm umha política socioeconómica idêntica à aplicada polo PP.

ZP governa seguindo as directrizes de José María Cuevas e Tourinho-Quintana as de António Fontenla. A classe trabalhadora é tam só um viveiro de votos a que apelar para ganhar eleições. É simples carne de canhom eleitoral.

Os partidos parlamentares do sistema político imposto pola burguesia na reforma maquiada do franquismo defendem interesses semelhantes, embora mantenham bases sociais diferentes.

O conjunto da classe trabalhadora, e fundamentalmente o proletariado, nom podem seguir delegando o apoio eleitoral às forças burguesas ou pequeno-burguesas. A independência política da classe obreira é essencial para que os movimentos de massas que contribuírom para a derrota eleitoral da expressom mais reaccionária da burguesia, da direita autoritária e espanholista representada polo PP, nom sejam instrumentalizados polas fracções liberais com falsas promessas; a independência política da classe obreira é umha tarefa primordial para evitar estas fraudes "democráticas" a que nos condena o sistema cada quatro anos. A classe obreira necessita contar



com umha genuína representação obreira nos parlamentos burgueses para defender os seus interesses, ou seja, os da imensa maioria da população dum país como a Galiza.

Já passou suficiente tempo para se desenganar sobre as virtuais expectativas depositadas. Som horas de acordar desse doce sono que na dura realidade do dia a dia fomos comprovando que nunca passou dumha ilusom.

O incremento dos produtos básicos tem ido acompanhado polo congelamento salarial, a precariedade laboral e o desemprego nom deixárom de subir, os acidentes laborais atingírom no ano passado na CAG umha das suas cifras recordes: 132 traba-

lhadoras/es morrêrom no trabalho, a juventude continua a emigrar, a pobreza é cada dia maior, atingindo a novos sectores operários: o *working poor*, aqueles assalariad@s que carecem polos seus baixos ingressos das mínimas condições para viver com dignidade.

A reforma estatutária nom pode ser umha simples cortina de fumo

A anunciada reforma do Estatuto de Autonomia da CAG, se nom reconhecer o exercício do direito de autodeterminação, nom passará de um novo engano ao povo trabalhador galego por parte das elites políticas das forças parlamentares. Umha

nova operação tendente a facilitar um novo encaixe da Comunidade Autónoma nesse mercado unitário chamado Espanha que defende a burguesia.

A prática totalidade da grave situação que padecem as classes trabalhadoras está indisolavelmente ligada à dependência nacional a que se vê submetida a Galiza polo projecto imperialista espanhol.

É a maioria social quem padece as conseqüências desta dependência, e portanto o proletariado nom pode ficar à margem do processo aberto. Tem que dotar-se de voz própria, tecer umha ampla política de alianças, denunciar o esgotamento do actual quadro-jurídico, defen-

dendo a única opção democrática: o povo galego e a Galiza som o único sujeito e âmbito soberano de decisom.

Sem soberania nacional, a classe trabalhadora nom poderá decidir o seu futuro.

A Junta carece de vontade política para aplicar outra política

É possível aplicar outra política no quadro de dependência nacional e economia de mercado. A "Tabela reivindicativa de mínimos para o novo governo autonómico", consistente em 444 medidas concretas para umha nova política nacional e de esquerda, apresentada por NÓS-UP em Setembro do passado ano ao governo bipartido, demonstra que o único que fai falta é coragem e decisom política para mudar o rumo das nefastas políticas aplicadas na Galiza nos últimos vinte e cinco anos. Mas os inquilinos de Rajói carecem de ambas cousas.

Primeira Linha nom se surpreende com o que está a acontecer. @s comunistas galeg@s nunca depositamos a mais mínima confiança nas potencialidades deste governo. Nom podia ser de outro jeito. A composição do governo autonómico e as semelhantes evoluções político-ideológicas das forças que o sustentam permitem compreender que o actual governo da Junta da Galiza esteja mais interessado em favorecer Amâncio Ortega, Manuel Jove ou o grande capital financeiro, do que em melhorar as condições de vida d@s trabalhadores, da juventude, das mulheres, d@s reformad@s. Eis a realidade. Porém, sabemos que os processos sociais têm o seu próprio tempo político. Que, por enquanto, a cada vez maior frustração popular ainda nom está madura para iniciar a vaga de lutas que pressione a Junta a cumprir com os compromissos adquiridos em Junho de 2005. Mas é necessário ir abrindo caminho.

PUBLICIDADE

Traditenda
Traxe tradicional e complementos
Praça Rafael Dieste nº 2 baixo
CP 15.009 Corunha
traditenda@mundo-r.com
Telf./Fax: 981 175 001

BAR ★
FALUYA
Orçam, 75
Corunha

MODUS VIVENDI
Praza Feixóo, 1 - Soto
15704 Santiago de Compostela
Tel.: 981 576 109

Pedro Bateiro
Rua de San Pedro, 32
Compostela - Galiza
Tel.: 981 576 355

Taverna O Noso Lido
Ana Becha
Fontoura s/n, Salvaterra de Minho
Telf: 988888888

TAPERIA A SOLAINA
Gran variedade de tapas e viños
Tlf.: 986 65 91 26
Avda. Pontearreas, 22
SALVATERRA

Lampreia • Paelha
Comidas • Vinhos • Tapas
Restaurante Grandal
Especialidade en codillo ao forno
Tel.: 986 659 416
Rua Castelaio, 13 • Salvaterra de Minho

BIERZO CEIVE
LA GATERA
PUN FOLK - PONTERRADA

local social
baiuca vermelha
Ponte Areas - Galiza
Rua Redondela nº 11 rés-do-chao
baiucavermelha@nosgaliza.org

TARASCA
Entremuros, 13
Compostela • Galiza

CASA DAS CRECHAS
Baiuca
Via Sacra, 3
15704 Compostela

• Casa de Xantar •
16 dezaseis
Rua de San Pedro 16
Tf.: 981 361 880 - 981 577 633
15703 Compostela

O BARDO
Cervantes, 5 baixo VIGO

CARRIER
escola

libreria couceiro
Santiago - A Coruña

Livraria A Palavra Perduda
"Câmpus Norte"
Livros Portugueses
Rua Castanheiros 13 r/c
15705 Santiago de Compostela
Telf.: 981 554 045 • Fax: 981 554 960
E-mail: perduda@interbook.net

COPISTERIA T44
Fotocopias • Papelería
Encuadracións • Planos
Fax • Carteis • Tarxetas
Tesis • Tesiñas
Impresión dixital e laser
R/ San Roque 31 B. T-Fax: 981 566 896
R/ Republica Argentina 44 B. T-Fax: 981 592 626
SANTIAGO

Henriqueta Outeiro
centro social
Quiroga Palácios, 42 (rés-do-chao)
15703 Compostela-Galiza
eshenriquetaouteiro@nosgaliza.org

BAR-TOLO
PUNK-ROCK
Fonte de San Miguel 8, Compostela

No passado 6 de Janeiro, no acto oficial da celebração da *páscoa militar*, o até entom general em chefe da força terrestre do Exército espanhol (antiga Regiom Militar Sul), tenente general José Mena Aguado, aproveitava o seu discurso para fazer um recordatório do papel que reserva a Constituição espanhola para a instituição armada de que faz parte. A polémica pública surgia à volta dumhas palavras em que se recalcava a preocupação com que, segundo o exprimido polo mencionado general, umha parte importante do Exército espanhol está a olhar o desenvolvimento da tramitação e negociação do novo estatuto da Catalunha.

Porém, a novidade nom surge em que alguém faga umha advertência pública do estipulado no artigo 8º da Constituição de 1978; de facto, já som muitos os personagens públicos que nos últimos tempos, e sempre à roda do chamado debate estatutário, quigérom pôr em cima da mesa a vaza da ameaça armada. Nom está de mais lembrarmos as declarações de Manuel Fraga dirigidas ao presidente da Generalitat catalá, Pasqual Maragall, nas quais lhe recordava a existência do artigo citado acima, assim como a do 155 da mesma lei, que permite a suspensom das comunidades autónomas.

Assim também, e muito mais significativa para o caso, foi a intervençom do ministro da Defesa, José Bono, na Câmara baixa das Cortes espanholas, em que, a umha interpelação do porta-voz do grupo de ERC solicitando a modificaçom do famoso artigo 8 no sentido de que no texto ficasse meridianamente claro que a intervençom militar em defesa da unidade do Estado só se produziria garantindo o respeito à vontade popular, respondia que ele gostava a actual e vigorante redaçom e nom achava motivo nengum para a mudar.

Para além do dito, som contínuas as referências nas celebrações dos fastos militares da páscoa ou do dia das FF.AA ao papel do Exército espanhol como garante da unidade de Espanha, feitas por aqueles a quem corresponder falar: representante do Governo, chefes militares, o rei...

Em definitivo, as palavras de Mena nom fôrom umha novidade no que toca ao conteúdo estrito do dito enquanto, polo que toca à literalidade do expressado na legislação espanhola, o general nom se afastou em nada da legalidade. Sim houve, no entanto, factos novidosos, por estar em relação directa com o seu discurso: o tenente general foi arrestado e sancionado com o afastamento do seu cargo e a imediata passagem à reserva. Sançom que perde espectacularidade assim que se tem conhecimento de que este sujeito estava na altura a escassos três meses da sua reforma ordinária, ao cumprir os 65 anos, mas que nom deixa de ser umha mostra de que quando menos há umha certa disfunçom entre o actual Governo central e certos sectores das forças armadas.

O certo é que a novidade se estribou nom em que um militar do alto comando fizesse umha declaração atentatória contra os direitos nacionais de algum dos povos oprimidos polo Estado espanhol, senom em que, pola vez primeira nos últimos vinte anos, esta declaração nom estava prevista no discurso oficial.

A conjuntura política actual no Estado, caracterizada pola permanente tensom estabelecida entre as duas grandes correntes que criárom e sustentam o vigorante sistema político emanado da chamada *Transição*. Dumha parte, o fascismo reconvertido, representado na actualidade polo PP, e doutra o reformismo pactista, que tem no PSOE o seu melhor e maior exemplo. Trouxo à palestra pública umhas formas e uns factos que para alguns pareceriam desaparecer, mas que tam só eram guardados nos arsenais para quando figer falta.

A necessidade do PSOE, com umha maioria relativa no Parlamento central,

André Seoane

Ameaça o Exército espanhol a democracia espanhola?

de negociar o apoio para o seu governo de organizações políticas do campo dos nacionalismos periféricos, véu-se ligar a umha tendência estrutural do sistema político espanhol que já estava a pressionar com força desde a década de 90 do passado século. Estamo-nos a referir à briga existente entre os dous modelos espanholistas existentes para a soluçom do problema "territorial" ou "nacional".

O PSOE na altura parece apostar por umha evoluçom descentralizadora do Estado Espanhol que visa conter a tendência natural à emancipaçom dos povos oprimidos. A sua aposta, da qual desconhecemos os limites finais mas que até o momento se cinge ao estrito quadro legal nascido em 1978, passa por tentar manter o equilíbrio estatal em base à re-negociaçom dos limitados acordos do imediato pós-franquismo. A intençom do PSOE e incluir também neles a forças políticas, que em definitivo nom som mais do que a representaçom de sectores sociais concretos, que por diversas causas ficaram fora dos acordos da transiçom. O caso mais chamativo é o de ERC; porém, nom podemos obviar que neste movimento também se quer abranger o BNG, PNB ou EA.

Frente a esta tendência, surge o PP como garante fiel da sacra unidade de Espanha, ou o que é o mesmo, como defensor político do tradicional modelo da oligarquia espanhola baseado num modelo de Estado centralista.

Mas o que num primeiro momento poderia parecer umha simples controvérsia política de carácter meramente ocasional, logo que se profundiza um mínimo aparece na sua absoluta complexidade. Embora o que há em cima da mesa sejam duas propostas que continuam a colocar a questom das naçoms sempre dentro do restrito âmbito do "espanhol", situando-se pois nas antípodas dumha autêntica soluçom democrática que tam só se pode dar através do reconhecimento explícito do direito de autodeterminaçom, a verdade é que a maré de fundo é importante porque do que se está a falar é do "reparto da torta".

Em poucas palavras, o que o PSOE e seus aliados defendem é que para a soluçom da "crise nacional espanhola" há que reduzir umha porçom dos benefícios que a oligarquia centralista está a tirar da existência desse mercado unificado que chamam Espanha para que estes se repartam entre os sectores mais abastados das burguesias periféricas. Em resumo, comprar a lealdade a Espanha de cataláns, mas também de bascos e galegos. Por sua vez, o PP, como porta-voz directo dessa oligarquia, manifesta umha evidente resistência a ver mermada a sua taxa de ganho.

Nesta conjuntura em que a tensom política parece do mais normal, porquanto é a primeira vez desde 1982 em que há um desencontro público e aberto entre as duas grandes correntes políticas centralistas, reformismo e franquismo-reformado, é que há que situar as declarações do tenente general Mena.

Nom podemos esquecer o papel que os exércitos jogam em todos os estados-burgueses como garantes últimos da estabilidade do sistema e do cumprimento dos seus objectivos, que nom som mais do que o correcto funcionamento dos mecanismos de acumulaçom de capital. Contudo, o caso espanhol ainda precisa dumha pontualizaçom maior, pois é evidente que neste



Bono representa as posições da direita mais espanholista no PSOE



O exército espanhol é imperialista

Estado o exército nom é neutral, como em nengures, mas cá nem sequer entre as diversas fracções da burguesia espanhola.

A existência da guerra de 1936 e a posterior ditadura militar conformárom um exército abertamente escorado face umha opção política e umha fracçom da

burguesia que é exactamente a mesma que hoje representa o PP. Lembremos que o exército, durante quarenta anos, nom foi só a mola armada da defesa do Estado, no senso mais amplo da definiçom, senom também o principal baluarte de legitimaçom política do próprio Estado e mesmo a origem de boa parte dos quadros

de governo até a década de 80.

A particularidade do trânsito do modelo ditatorial para a monarquia constitucional, feito de forma pactuada e em que se impediu qualquer caste de depuraçom das instituições da ditadura, trouxe consigo que o exército da democracia fosse formado praticamente polos mesmos elementos que estavam nele na ditadura. De tal situaçom nom pode surpreender que traga como consequência que ainda hoje umha boa parte dos militares espanhóis, nomeadamente na sua escala do comando, continuam a ser leais a umhas posições em que fôrom criados e educados.

De facto, a particular conformaçom do exército, como instituição ultra-hierárquica e em que a transmisom de valores fica garantida por toda umha série de mecanismos de doutrinação ideológica, empece que hoje, a mais de trinta anos da morte de Franco, quando a maioria da oficialidade que fazia parte do exército em 1975 já está reformada ou a ponto de se reformar, poda haver umha mudança ideológica minimamente profunda no seu seio.

E isto, apesar da profunda reforma técnica que sim sofreu a instituição, especialmente a partir da década de 90, com a sua paulatina profissionalizaçom e modernizaçom, que trouxe consigo efeitos tais como o brutal aumento das despesas militares, que em 2005 se situárom por volta de 11.5% do total do gasto público. Contrasta esta questom com a situaçom que se dá nos corpos policiais, que embora tampouco fossem depurados depois da morte do ditador, sim parecem ter sido permeáveis a umha certa evoluçom ideológica, mais acusada no caso da chamada *Policia nacional*. Evidentemente estamos a referir-nos à alternativa entre as já mencionadas opções políticas dominantes no sistema político espanhol.

Como comentávamos acima, o problema derivado das declarações de Mena nom se deveu tanto ao dito polo militar, como a que o discurso dele, referente a umha temática tam importante como é o da questom nacional, nom se ajustou a um guiom pré-determinado polo Governo, senom a um impulso que respondia à necessidade da opção política que se acha actualmente na oposiçom. O problema nom é dizer que o exército pode ser empregue contra a Catalunha, mas que se di fora dum consenso, na altura parcialmente quebrado, entre as diferentes fracções da burguesia espanhola.

Resta agora sabermos qual poda ser a profundidade da ruptura entre PP e PSOE, e quem estas opções representam, o que em boa parte vai depender da capacidade que os nacionalismos periféricos tenham para aproximar os limites competenciais dos futuros estatutos à margem da letra e o espírito da Constituição de 1978. Porém, parece claro que, por enquanto, nom podemos esperar grande cousa.

Ora bem, a existência dumha crise dentro do bloco de classes dominante, como é a que actualmente existe, sempre é umha oportunidade para reforçar as posições dos sectores populares, ou o que é o mesmo: das classes trabalhadoras, os povos e as mulheres oprimidas por Espanha. Agora o nosso papel passa por saber aproveitar as oportunidades que esta contradiçom abre.

André Seoane é membro do Comité Central de Primeira Linha

Alberte Moço Quintela

Sobre a interiorização da terminologia burguesa por parte do movimento

Introdução

A linguagem é um produto da sociedade que conforma uma peça básica da sua superestrutura ideológica e, como tal, nas sociedades divididas em opressores e oprimidos -como a nossa- tem umas determinadas características e um determinado papel segundo a classe, a raça ou o género do qual emana e a cujos interesses serve. Do mesmo jeito que a moral, a filosofia, as leis, a religião ou a política, a linguagem nasce e desenvolve-se como expressão das condições históricas concretas dumha determinada classe, adquirindo a forma que mais beneficia os objectivos desta na luta por manter e alargar a opressão ou por a abolir definitivamente.

Assim, opressores e oprimidos moldam os seus sistemas lingüísticos adaptando significantes e significados às suas necessidades de explicar e entender a realidade que os rodeia nuns casos, ou de a ocultarem e tergiversarem em outros. Enquanto o patrão fala de flexibilidade laboral, as operárias falam de precariedade e exploração; o detido chama repressão ao que a polícia chama manter a ordem; a Câmara Municipal vê ordenação urbanística onde a vizinhança só encontra especulação; a Audiência Nacional define como associação ilícita o que nós entendemos por organização juvenil; os partidos do sistema denominam Estado das Autonomias o que as nações oprimidas chamamos cárcere de povos.

Obviamente, as classes dominantes não poupam esforços em evitar, na medida do possível, que das camadas populares surjam conceitos e categorias que ponham a nu a verdadeira natureza criminosa do sistema; preocupam-se especialmente com este problema porque a linguagem é o canal básico para a aquisição, compreensão e transmissão de crenças e pensamentos. O sistema educativo, os meios de comunicação de massas, os intelectuais do sistema e outros instrumentos de alienação utilizam e promovem uma linguagem que nega, relativiza ou reforça a dominação. Para isto, valem-se fundamentalmente dumha terminologia ambígua que oculta a parte da realidade que pode ser perigosa para os cérebros dos oprimidos quando nom de umha que inverte totalmente a realidade, convertendo a exploração em progresso e bem-estar, e as lutas pela emancipação em terrorismo e injustiça.

Em palavras do inimigo

Enquanto a burguesia despreza todo o seu arsenal para impor às oprimidas e oprimidos umha linguagem inofensiva e submissa; em muitas ocasiões, os movimentos populares e as organizações revolucionárias respondem com passividade e desleixo, assumindo a forma do discurso dominante, embora procurem combater o seu conteúdo; esquecendo a íntima relação dialéctica entre o que se diz -ou se pretende dizer- e como se diz; caindo presas em certos casos da castração intelectual que implica a aceitação desta linguagem.

Ponhamos um exemplo. Nom é estranho encontrar, num texto assinado por fontes declaradamente revolucionárias, referências e apelos à "cidadania"; aos seus direitos, reivindicações e interesses. Mas, o que é a "cidadania"? O que entende quem comunica e quem escuta por "cidadania"? Provavelmente qualquer cousa semelhante a "todas as pessoas que fazem parte da sociedade". Sendo assim, podemos falar de



O termo *cidadania* pretende ocultar a divisão de classes

interesses e reivindicações comuns a toda a sociedade? Obviamente, não. Na sociedade capitalista existe umha divisão em classes antagónicas com interesses enfrentados e irreconciliáveis; o aumento dos lucros e o bem-estar dumha pequena fracção da sociedade implica retrocessos nas condições de vida da maioria; resulta impossível a defesa dos interesses comuns de toda a "cidadania", pelo simples facto de estes não existirem. A categoria a que nos referimos é, portanto, umha das inúmeras armadilhas lingüísticas de que essa pequena fracção da sociedade se tem dotado para negar e ocultar a natureza classista da sociedade, para afirmar defender os direitos dos "cidadãos", quando só defendem os interesses dos poderosos.

O maior problema surge quando o recurso a estes referentes lingüísticos acaba por anular a nossa capacidade para interpretar correctamente a realidade, quando a linguagem que utilizamos se revela como sintoma da nossa claudicação ante o pensamento oficial. Aproveitando o exemplo anterior: como defender a nossa emancipação como classe quando usamos os nossos discursos de termos que situam opressores e oprimidos ao mesmo nível, compartilhando necessidades e reivindicações? Nestes casos, assumir a terminologia que impõe o sistema é um bom primeiro passo para abandonar definitivamente a perspectiva revolucionária caindo no interclassismo. Podemos dizer que a terminologia burguesa introduzida no discurso do

movimento popular actua como um vírus, correndo-o, enfraquecendo-o e esvaziando-o da coerência e fortaleza necessárias para o combate ideológico; inabilitando-o para o seu cometido pedagógico e revolucionário.

Por umha linguagem anti-sistémica

Se antes apontamos como os aparelhos ideológicos do sistema utilizam a linguagem como arma na luta de classes, devemos referir também como a esquerda deve utilizá-la no seu favor. Para tratarmos esta questão -certamente complexa nos seus pormenores-, podemos tomar um ponto de partida bastante simples: se a linguagem dominante tem como objectivo ocultar a opressão e frustrar a rebeldia dos oprimidos contra a injustiça, valendo-se da ambigüidade, da confusão e da negação da realidade; a linguagem revolucionária deve caracterizar-se por desmascarar e fazer visível essa mesma opressão, assim contribuindo para a tomada de consciência contra a mesma, recorrendo à clareza, à radicalidade, à simplicidade e ao maior rigor científico.

A linguagem da esquerda deve começar por se libertar da terminologia enganosa e ambígua, mas isto nem sempre é fácil. Em ocasiões, o engano é evidente -como exemplo, reparemos em que os meios de comunicação chegam a denominar "forças de paz" mercenários equipados com armamento químico-; o qual não deixa de ser preocupante, pois dá umha medida de até

onde os oprimidos podem aceitar acriticamente o discurso dominante. Porém, noutros casos, a armadilha encontra-se mais escondida; trata-se de matizes, de possíveis associações de ideias, de conexões com partes do pensamento dominante previamente assumidas pelo "oprimido médio". Outro olhar à "cidadania" poderia ilustrar-nos, mas ponhamos um outro caso conhecido por todos; quando a violência contra as mulheres começou a tornar-se um problema socialmente visível, os porta-vozes do sistema apressaram a dar-lhe a denominação de "violência doméstica". O termo, que tem umha mínima e necessária correspondência com a realidade, pois faz referência a um tipo de violência que costuma acontecer dentro do próprio lar, do núcleo familiar; encerra um conjunto de significados escandalosamente machistas. Para já, elude referir-se a que esta violência é exercida por homens e padecida por mulheres; com um breve olhar à imprensa burguesa, encontraríamos centenas de títulos referidos à "violência doméstica" nos quais não há nenhum termo que remeta para o carácter de género da questão. Além disso, se aparecer alguma referência a este carácter, os nossos cérebros de oprimidos sempre podem metê-lo na gaveta do "doméstico": das tarefas domésticas, dos electrodomésticos, da contabilidade doméstica... esses pequenos problemas das mulheres! Inatos à sua condição feminina.

Como devemos enfrentarmos a esta terminologia? Por fortuna, os movimentos

populares e revolucionários, quando som de verdade, têm algumas ferramentas idóneas para a tarefa: o materialismo histórico e a dialéctica junto ao resto de métodos de análise da realidade e, como nom, a criatividade. Ante umha realidade nova, ou umha velha que pela primeira vez chega às nossas mãos, devemos saber deter-nos a analisá-la, a encontrar a sua origem e as suas contradições internas, a descobrir a quem é que beneficia e que lugar é que ocupa na luta de classes; para assim construirmos não só um pensamento ao seu respeito, mas também a terminologia com que devemos denotá-la. Se escolhermos o caminho fácil, o de aceitarmos o que nos vem pré-fabricado pelo sistema, as consequências podem ser nefastas. Aproveitando o exemplo anterior, o feminismo organizado nom demorou muito a cair na conta das implicações da terminologia oficial, e assim fomos surgindo novos termos para referir essa realidade como "violência de género" em primeiro lugar e "violência machista" (ou "terrorismo machista") posteriormente, que denota claramente aqueles aspectos da questão úteis na luta contra o patriarcado.

Num plano paralelo, devemos ter presente que a linguagem dominante não só cria significantes para deturpar a percepção de determinados significados, como também actua em sentido inverso modificando o conteúdo semântico de palavras, expressões e termos. "Democracia", que em tempos significou "governo de todo o povo", significa hoje ditadura da

logia popular



Carlos Morais

Crise ou crises no nacionalismo galego



Os símbolos enganam

As origens da esquerda nacionalista galega contemporânea situam-se em 1963-64, coincidindo respectivamente com a criação do PSG e da UPG.

Umha das características destes mais de quarenta anos de trajetória tenhem sido as constantes cisons e crises do tronco comum fundacional ou da sua área de expansom e influência sociopolítica. O nacionalismo galego, independentemente do grau de coerência da açom teórico-prática e dos parâmetros políticos defendidos em cada período histórico, tem-se visto sacudido por crises cíclicas aproximadamente cada dez anos. Em 1976-78 nasce o PGP; em 1985-87 o PCLN e a FPG; em 1996-1999 tem lugar a gestaom e posterior saída de Primeira Linha do BNG. As duas primeiras cisons/rupturas procedem da UPG, porém a que protagonizou o nosso partido restringiu-se unicamente a determinadas organizaçoms de "massas" nacionalistas porque, a diferença das precedentes, somos a primeira expressom política do soberanismo galego que nom procedemos da matriz *upegalha*.

As tensoms que actualmente se vivem no interior e na envolvente do ex-partido comunista coincidem com a cadência cíclica dumha década. Estamos, pois, numha nova expressom deste fenómeno, ou será que nesta ocasiom o

processo apresenta consideráveis diferenças com os anteriores? Embora ainda seja precipitado responder, tentaremos dar algumas chaves que contribuam para compreender os acontecimentos e prognosticar a sua evoluçom.

A crise do nacionalismo galego

Um dos grandes paradoxos do sistema político institucional autonómico é a presença do BNG no governo da Junta da Galiza, coincidindo com umha etapa de agudizaçom e consolidaçom da hemorragia eleitoral iniciada em Outubro de 2001, e das tensoms internas derivadas da precipitada adaptaçom a umha imprevista conjuntura.

Os resultados negativos dessas eleiçoms autonómicas, frustrando as aspiraçoms de deslocar a Fraga da Junta, encabeçando um governo de coligaçom com o PSOE, supugérom um ponto de inflexom erroneamente abordado pola UPG no referente ao diagnóstico e medidas a adoptar para corrigir e ressituar as perspectivas do nacionalismo.

A traumática e forçada mudança do liderança pública, após ter gerado umha artificial estratégia de erosom, assédio e queda da figura de Beiras, tinha basicamente dous objectivos: deslocá-lo do epicentro da direcçom para o substituir por um maleável político de marketing deside-

ologizado, protótipo dos manuais universitários das faculdades de ciências políticas, empregando para este fim um transitório homem de palha, até que a UPG ache a pessoa de confiança adequada para ocupar essa responsabilidade que sempre delegou num "independente" desde a refunçom de Riazor.

A posterior orientaçom da campanha eleitoral de 2005, os maus resultados atingidos, o discurso adquirido polo BNG, regionalista e centrista, os termos do acordo de governo com o PSOE, a distribuicão e reparto de poder e responsabilidades na administraçom autonómica, e a carência de coragem e vontade para aplicar políticas nacionais e de esquerda, tenhem provocado umha agudizaçom das contradicçoms internas, das quais tam só podemos estar assistindo aos primeiros episódios. Diversos agentes e sujeitos alimentam, de postulados políticos e ópticas ideológicas diversas, os movimetos questionadores do actual BNG sob orientaçom do tandem Quintana-Paco Rodrigues. Se até o momento a discreçom e a prudência estã a caracterizar o processo em curso, diversos episódios dinamitãrom o tradicional hermetismo.

Pasa á página 6

burguesia, capitalismo e Estado policial. Este aspecto do problema, que liga com outras áreas do pensamento nom estritamente terminológicas ou lingüísticas, é se calhar mais complexo ainda no que di respeito à intervençom prática. Sem aprofundarmos muito, diremos que a nossa tarefa é a de outorgar a cada significante o significado que mais beneficie os interesses populares, mas sempre a partir do rigor científico (etimológico, por exemplo). Além disso, e nom só com este cometido, devemos fazer um esforço por preencher de conteúdo real e concreto, por explicar e difundir correctamente, a terminologia que criamos ou utilizamos, para assim blindá-la contra a deturpaçom da linguagem dominante. Em todo o caso, sempre contamos com o recurso de guindar ao lixo as velhas e maltratadas palavras, substituindo-as por outras novas que nos sirvam melhor.

Após o dito, quiçá resulte óbvia a conclusom: a linguagem, longe de ser neutra e comum a toda a sociedade, é um instrumento de dominaçom ou umha arma revolucionária. É um dever e umha necessidade para nós convertê-la no segundo e mantê-la bem repleta de municòm. Pois nom devemos esquecer que a linguagem que hoje conhecemos é um produto e um reflexo da exploraçom da nossa classe durante séculos; temos toda a legitimidade para fazer com ela o que quigermos.

Alberte Moço Quintela é membro do Comité Central de Primeira Linha

Crise ou crises no nacionalismo galego



O continuismo caracteriza o novo governo autonómico

Vem da página 5

Porém, nesta ocasião, vamos centra-nos basicamente nos que procedem do mundo da UPG, sem desconsiderarmos e mesmo reconhecermos importantes coincidências no diagnóstico elaborado polo *camilismo* com as posições que Primeira Linha vem mantendo desde 1996, e que nestes anos fôrom simplesmente desqualificadas ou desconsideradas polo conjunto do autonomismo.

A UPG nom é um partido comunista

Salvo incautos e ingénuas, alimentad@s nas obsoletas descrições dumha imprensa tam reaccionária que, por espúreos interesses e visceral anticomunismo e chauvinismo espanhol, continua a empregar parâmetros da guerra fria, carentes de matizes, incapaz de diferenciar a palha do grão, identificando-a como *núcleo duro*, *radical partido marxista-leninista*, etc. Salvo para esses, é indefinível a dia de hoje considerar a UPG um partido comunista.

Quiçá, salvo reduzidas etapas de discutível limitação temporária, nunca agiu como tal.

As deficiências congénitas nas bases ideológicas fundacionais, a nefasta escola teórico-prática elaborada nas últimas quatro décadas, incapaz de construir umha sólida base social alicerçada sobre valores de esquerda e autodeterministas, a composição pequeno-burguesa hegemónica nas suas direcções simultânea à paulatina perda de contingentes operários, o pactismo que emana desta correlação interna de forças, os conservadores parâmetros a que tem conduzido o nacionalismo galego, impossibilitam defini-la ou considerá-la umha organização revolucionária guiada polos princípios do materialismo histórico e dialéctico, sem cairmos num exercício de fanatismo dogmático ou interpretar umha comédia televisiva.

A actual UPG é basicamente um acomplexado partido mornamente patriótico, com umha matriz progressista. Mornamente, porque sempre renunciou a dotar a Galiza dum Estado próprio, objectivo natural dum processo de construção nacional.

Progressista porque independentemente da retórica empregada em cada etapa histórica, -oscilando entre o frentismo anti-imperialista dos sessenta, passando polo verniz *maoista* dos primeiros setenta, aplicando rigidamente as teses *dimitrovianas* na segunda metade dessa década, exercendo de motor e direcção do interclassismo dos oitenta, até as claudicações contínuas do actual BNG: umha força pequeno-burguesa com umha ampla e inquestionável base popular-, a UPG nunca aplicou na Galiza umha conseqüente linha e programa comunista.

Poderá manter umha epidérmica retórica marxista, poderá continuar a empregar fouce, martelo e espiral como símbolos, poderá seduzir bem-intencionad@s jovens tam despistad@s como atraíd@s por essa hábil mística que tantos réditos e prestígio tem dado, mas a actual UPG, -e a de já há muitos anos atrás-, nada tem a ver com a idealização épica das luitas populares de Baldaio, Jove ou as Encrobas, com o heróico sacrifício do Moncho Reboiras, morto em combate de armas na mão (nom com essa virtual biografia de maquilhado teórico que leva anos tentando construir Paco Rodrigues numha das suas habituais manipulações históricas).

A dia de hoje, domesticadas forças políticas social-democratas, e mesmo liberais, mantem siglas, estéticas e até de forma pontual retóricas "revolucionárias", antagónicas com o que actualmente som, porque continuam a ser úteis no mercado eleitoral. Os corruptos PRI

mexicano ou MNR boliviano, o colaboracionista PC do Iraque, o neoliberal Partido da Libertação Nacional da Costa Rica ou o entreguista PCE, som paradigmáticos exemplos da carência de relação entre o que se afirma ser e o que realmente se é. O hábito nom fai o monge.

A UPG leva décadas adiando sistematicamente agir como força revolucionária, como partido de vanguarda, como consciência crítica das massas mais avançadas, para ser um simples um núcleo de poder, identificador de "açom comunista" com práticas de controlo, dirigismo, freio da combatividade, obsessões fagocitadoras, tendências liquidacionistas, características da pior cultura estalinista.

A UPG, independentemente das indiscutíveis virtudes e contributos para o desenvolvimento da esquerda nacionalista, tem sido nefasta para a tarefa de construir na Galiza um partido comunista revolucionário.

Actualmente, como partido interclassista, é conformada por um complexo conglomerado de fracções e pessoas com objectivos e interesses antagónicos, unidas por um delicado e frágil fio condutor, em que se situam honest@s e reconhecid@s lutadores atrapad@s pola inércia, umha casta de submissos burocratas habitud@s a comer da *sopa boba* da mastodóntica rede funcional que corrói as entranhas das organizações nacionalistas, passando por políticos profissionais que renunciárom à transformação social polos privilégios e status social que lhes concede o regime pola sua claudicação, até ambicios@s jovens *turcos*, e nom tam jovens, cuja aspiração é fazerem carreira política no seio do BNG para poderem ser deputados, ter um carguinho num governo municipal e agora também no autonómico, ou no pior dos casos acabar de liberado nalgumha das entidades satélites.

A actual UPG semelha mais o accionista maioritário no conselho de administração dum *cluster* de empresas, cuja marca mais conhecida é BNG S.A, que um partido de esquerda. O seu interior é um jardim zoológico das mais variadas e exóticas espécies de oportunismo que oscilam entre as práticas mafiosas do pior amarelismo sindical até indivíduos de duvidosos valores progressistas, com respeitáveis profissionais liberais que conhecem melhor as ementas de vinhos dos luxuosos e exclusivos restaurantes que a obra de Karl Marx.

A actual UPG, assim como o resto de partidos e colectivos organizados e reconhecidos no seio do BNG, som simples *lobbies* de pressão ao serviço de corruptas e medíocres elites, que a expressom da pluralidade ideológica dum frentismo inexistente.

Hoje, a ideologia está desvalorizada no seu seio. Poderá seguir mexendo-se nessa calculada esquizofrenia em que fôrom educadas diversas gerações militantes: de noite vitoramos o regime coreano e organizações armadas, e de dia, num exercício de transformismo digno objecto de estudo das faculdades de psicologia e medicina, defendemos as leis do mercado e condenamos com mais adjectivos que Acebas a *violência terrorista*.

A força da UPG, como partido com *vocaçom única* numha pseudodemocracia assemblear com estruturas de poder menores que legitimam um raquítico e limitado pluralismo, reside em que até hoje possuía intacta, -após aparentemente milagrosas recuperações fruto da incompetência e fraqueza da oposição interna-, a capacidade de negociar com ventagem com o resto dos accionistas, distribuindo estabilidade e influências com base numha hábil política de prémios e punições. Até agora, mantinha a iniciativa e um imenso poder para

distribuir e repartir postos de responsabilidade com base em confeções de listas eleitorais, colocação de liberad@s, assessores/as, cargos públicos, naqueles espaços institucionais que o nacionalismo véu paulatinamente ocupando, e nas cada vez mais saneadas organizações sociais do seu espaço político, por mor dos subsídios governamentais que impossibilitam umha independência política.

Carente de debates ideológicos, de intervenção transformadora, acha-se num paulatino processo de descomposição cujo final pode ser ainda muito dilatado. O cabeçalho *Terra e Tempo*, vozeiro histórico deste partido, é desde o ano passado o meio de expressom da "Fundación Bautista Álvarez".

A crise da UPG deriva e contribui, mas também coincide numha complexa interligação dialéctica, com a crise de identidade do nacionalismo institucional, provocada pelas dificuldades teórico-práticas para assumir as profundas mudanças operadas na morfologia social e na estrutura económica galega, assim como pola orientação autonomista e erróneas respostas que aplica a sua direcção aos imensos reptos que tem a Galiza e as suas maiorias sociais. Por este motivo, o mais rigoroso é falarmos de crises, em plural.

Perspectivas e limites destas crises

Um dos principais desencadeantes das tensões internas que podem chegar a afectar a sua tradicional hegemonia no movimento sindical nacionalista e nas organizações juvenis do seu âmbito de influência, está directamente vinculada com a presença e papel desempenhado polo BNG no governo da Junta.

A arbitrária distribuição de responsabilidades nas conselharias "nacionalistas", com a conseguinte marginalização dum importante sector partidário, em combinação com a ausência de vontade política para aplicar políticas de esquerda e eminentemente orientadas à construção nacional da Galiza, assim como a incapacidade para manter umha dupla estratégia que combine participar no governo e exercer de oposição impossibilitam e mesmo fai inecessária a existência de organizações sectoriais das que até o momento se nutria, tenhem sido a espoleta dos movimentos em curso, traduzidos em abandonos e saídas de destacados quadros e dirigentes.

Nom nos surpreendem estes acontecimentos, sim nos chamava a atenção que a evoluçom do BNG face os inofensivos parâmetros autonomistas e social-democratas de direita nom provocassem intensos debates internos por parte daqueles sectores soberanistas e de esquerda, de toda esse contingente militante, em directo contacto e perfeito conhecedor dos retrocessos das condições laborais e sociais de cada vez mais amplos sectores do mundo do Trabalho por mor das receitas neoliberais aplicadas, nom adoptasse decisões tendentes a denunciar e frear o colaboracionismo do autonomismo com estas políticas.

A orientação do actual BNG é responsabilidade directa da UPG, embora a corte de oportunistas da equipa de Quintana estejam aproveitando o desconcerto da deriva e as expectativas depositadas no bipartido para acelerar os ritmos e o tempo político para superar unilateralmente os parâmetros da "acovardada doutrina nacional a meio caminho entre o autonomismo radical defensor do direito de autodeterminaçom e umha irracional patologia anti-independentista" em que vinha agindo, para o substituir por umha força cada vez mais parecido com a ORGA de Casares Quiroga do que com o PG de Castelao e Bóveda. O BNG de Quintana tem um discurso similar ao de Coalición Galega no

plano nacional, e no social está à direita das correntes social-democratas tam em voga nos Foros Sociais em que participa. O seu discurso está dirigido ao empresarial autóctone, às classes médias, mas também para seduzir o grande capital, e nom à essa indefesa imensa maioria social de assalariad@s que hoje conforma o povo trabalhador galego.

A UPG que durante décadas qualificou a ANG, logo POG, depois PSG-EG, de pseudonacionalista, a UPG que denunciou o almoço de Camilo com Fraga em 1989, e tentou desmarcar-se hipocritamente da ceia de Beiras com o ex-ministro franquista doze anos depois, a que mantinha avançadas posições na negativa a assumir a arquitectura institucional do actual regime capitalista espanhol e hoje contribui para reforçar a falsa normalidade democrática com base em silêncios e capitulações, já nom existe. Simplesmente, foi devorada pola história.

Somos conscientes que esta crise, por enquanto, ainda nom adoptou, e mesmo pode chegar a nom fazê-lo, a forma de ruptura organizada para posteriormente constituir um novo espaço político. No entanto, nem vamos realizar extravagantes qualificações que noutras conjunturas o independentismo realizou sobre a criação do PCLN, nem tampouco podemos, para além da lógica satisfação que produz assistir a rupturas e movimentos com práticas políticas contrárias aos interesses da classe trabalhadora e da Galiza, depositar falsas expectativas sobre a necessidade de reforçar o espaço sociopolítico do soberanismo de esquerda.

O que sim é evidente é a impossibilidade de orientar a CIG numha coerente prática a prol da defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora galega, ligando-os necessariamente à recuperaçom da soberania nacional, sem se dotar dum novo referente político que contribua para reforçar umha estratégia de resistência ao planos que nos tem reservados Espanha e o capitalismo. Logicamente, a recente história do nacionalismo galego constata que estes movimentos ou bem acabárom fracassando estripitosamente ou bem nom atingírom nem os mais modestos objectivos perseguidos. Mas nunca se toma duas vezes banho no mesmo rio. Contudo, sem um referente político e social definido e amplo é inviável praticar sindicalismo de classe.

O crescimento e prestígio experimentado pola CIG neste lustro estivo directamente ligado à sua açom sindical diferenciadora do pactista e corrupto sindicalismo espanhol. A orientação que adopte a respeito do pacto social que promove o Governo autonómico, à sua política socio-económica, no debate estatutário, reforma laboral, será determinante para o futuro imediato da(s) crise(s).

A coincidência na luta, a altura de miras superadora dos naturais conflitos entre as diversas correntes que conformamos o plural movimento social em prol da construção dumha Galiza soberana a partir da esquerda, deverá sem precipitações abrir caminhos de diálogo sem condições mais alá do respeito mútuo, e da inegociável independência política da classe obreira, sem tutelagens, nem subordinações à pequena-buguesia.

O tempo dirá se a urgente unidade operária e popular da fragmentada e confrontada esquerda nacional poderá ser um viável objectivo a que tod@s apelamos, mas que nunca passa dos desejos retóricos. Embora devamos manter umha natural prudência, o que é umha evidência e que estamos no mesmo lado da barricada.

Carlos Morais é Secretário Geral de Primeira Linha

Iñaki Gil de San Vicente

Vinte teses sobre a situação em Euskal Herria

- O tempo transcorrido desde Novembro de 2004, aquando da apresentação pública da Proposta de Anoeta, confirmou a existência de uma profunda crise na unidade do Estado espanhol, devido à tendência à alta das reivindicações nacionais de povos nom espanhóis anexados militarmente no passado. Nom se pode especular sobre o que teria acontecido e como teriam reagido as diversas forças bascas e espanholas perante a Proposta de Anoeta se nom tivesse existido anteriormente essa crise, porque existe uma ligação dialéctica entre ela e a capacidade da esquerda abertzale para agravar, dentro de um processo mais geral de progressiva conscientização de outros povos nom espanhóis.
- Partindo daqui, a situação basca actual caracteriza-se por ter tomado uma orientação diferente à do resto das reivindicações nacionais no Estado, que maioritariamente se movem na perspectiva de negociarem melhorias estatutárias. É certo que as esquerdas independentistas desses povos levam um outro rumo e que lutam directamente pela prática do direito de autodeterminação mas, por enquanto, e apesar dos seus meritórios esforços, nom têm ainda a força suficiente como para atingir um salto qualitativo nos seus povos respectivos, salto do estatutismo mais ou menos exigente para o independentismo enquanto tal.
- Também é certo que, agora mesmo, a esquerda abertzale nom propom obter amanhã de madrugada a independência, o socialismo e a reeuskaldunização mas, sendo isto certo, a sua praxe actual nom é autonomista, indo encaminhada para a conquista das duas reivindicações básicas que se movem num plano totalmente diferente: o reconhecimento de Euskal Herria como sujeito político cuja vontade livremente expressada deve ser respeitada pelos estados, e o reconhecimento da sua unidade territorial. Poderíamos dizer que, enquanto as reivindicações estatutistas colocam como reordenar as celas da prisom de povos que é o Estado espanhol, a reivindicação actual da esquerda abertzale coloca como abrir a porta do cárcere para o Povo Basco poder sair dela, e também as nações que tal desejarem.
- Lembremos que, na Proposta de Anoeta de Novembro de 2004, se especificavam dous eixos paralelos, mas de inquestionável influência mútua de avanço no processo de resolução: um entre a ETA e o Governo de Madrid, no que di respeito à desmilitarização multilateral do conflito armado e das suas conseqüências, eixo de transcendência política, quer se queira reconhecer, quer nom; e um outro entre as forças políticas, movimentos populares e sociais e sindicatos bascos em todo o que toca a uma proposta consensual.
- A esquerda abertzale tem este segundo objectivo nom por capricho, mas por estratégia e porque, além do mais, coincide com a tendência de fundo do nosso povo que, apesar dos diferentes ritmos de avanço entre os seus territórios, vai dando passos nessa direcção. Encontramo-nos perante a interacção de três factores dentro de uma totalidade: a evolução dessa tendência de fundo para a soberania; a acção da militância independentista dentro dessa tendência, reforçando-a; e as acções também dentro dela das diferentes forças sociopolíticas, nomeadamente das forças principais no bloco espanhol, PSOE e PP, e estatutista, PNB.
- A ligação profunda entre a esquerda abertzale e a tendência para a soberania realiza-se em e mediante a proposta da mesa de negociação entre as diversas forças políticas, sociais e sindicais existentes em Euskal Herria. Trata-se de dar corpo oficial a uma dinâmica que vai empapando e alastrando em cada vez mais problemas quotidianos, ultrapassando os obstáculos levantados nom há muito pela repressom do PP, mantida tanto polo PSOE como polo apoio dos autonomistas e regionalistas.
- Uma revisom crítica e autocrítica das experiências anteriores em que se tinham produzido tréguas e tentativas de acordo, apesar de todas as diferenças inegáveis entre elas, confirma uma espécie de lição histórica que conseguiu amargar tanto Madrid quanto o PNB: que é impossível exterminar a esquerda abertzale, que é impossível acabar policialmente com a ETA e que, para maior desgraça dos unionistas e dos seus peons bascos, simultaneamente tem ido crescendo o apoio social a uma solução negociada.
- A partir daqui, excepto o PP-UPN, o resto de forças que tinham apostado na destruição ou, no mínimo, pola paralisação definitiva da esquerda



ETA é determinante no futuro de Euskal Herria

- abertzale, enfrentam a necessidade de reorientarem, quer parcial, quer totalmente, a sua estratégia, uma vez que, com diferenças, vem, primeiro, que aumenta a procura de soberania e que dentro desta, a opção independentista tende à alta; segundo, que ficou confirmado mais uma vez que a esquerda abertzale é uma força estrutural e estruturante capaz de se manter activa sob as piores repressoms e de crescer de novo para as superar; e, terceiro, que a síntese destes dous pontos mais a táctica abertzale de manter múltiplas conversas discretas pode fazer com que aquele partido que nom quier aderir ao processo poda ficar afastado dele no futuro.
- Além do mais, e como ponto basilar, a demonstrada vitalidade da ETA e os boatos de todo o tipo sobre os seus possíveis contactos com o Governo, à margem de serem reais ou nom, aumentam a importância dos três pontos, porque já nom se trata de processos que caminham isolados entre eles, ao formarem uma unidade em paralelo que fai com que se reforcem mutuamente. Quem quier ficar afastado deste dinâmica corre o sério risco de nom desfrutar a fatia de glória quando os problemas se forem solucionando, desde que nom consigam paralisá-la e impor uma falsa saída, quer dizer, reeditar um novo estatuto.
 - Eis o maior risco existente na actualidade: o PSOE e PNB optarem por uma via batoteira com duas caras. Uma, a mais aparente, consistiria em darem uma imagem de vontade de resolver as formas mais externas do conflito, procurando desactivar a mobilização popular, estontar a gente, cansá-la enquanto, em segredo, desenvolvem a outra cara, a negociação à baixa com o PSOE para reformarem em algo o vigente estatuto de maneira que pareça que se conseguiu qualquer cousa de substancialmente novo. Uma vez fechado o pacto, iria pôr-se o ponto final ao processo de resolução do conflito e de avanço democrático, ameaçando abertamente a esquerda abertzale: ou aceitas o que pactuamos com Madrid, ou entom te esmagamos.
 - Basicamente, esta foi a opção do PNB há um quarto de século, quando aceitou a descentralização administrativa imposta por Madrid com o nome de "estatuto". Depois, com variações, tem sido sempre a sua opção cada vez que a luta popular forçou a possibilidade de uma negociação com o Estado, e nestes momentos, sempre até agora, o PNB tem optado por empecer, refrear e fazer fracassar a solução negociada, mesmo sabendo os custos e sacrifícios humanos que a sua decisom acarretava. Até agora, o PNB sempre

converteu em próprio benefício económico a dor alheia provocada pelo seu colaboracionismo.

- Actualmente, os factores acima enunciados pressionam com mais força do que antes para avançar na via resolutive mediante a participação popular, social e sindical. No entanto, isto é um risco para os partidos institucionais que temem medo de dar a voz ao povo. Nom só estão afeitos a fazer política à margem do povo, como nem sequer dispõem de organizações de base minimamente efectivas para influírem na autoorganização popular. Durante mais de vinte e cinco anos, estes partidos temem vivido da política oficial e para os interesses das suas respectivas burguesias, a espanhola no caso do PSOE e do PP, e a autonomista no caso do PNB.
- É certo que o PNB, PSOE e em menor medida EA, temem sedes em bairros e vilas, e algumas ONG's para trapacear dinheiro público, mas carecem ainda de uma militância costumada à acção diária numa política popular, excepto as reuniões periódicas das suas burocracias nas suas sedes locais, visível na rua e sobretudo relacionada internamente com os movimentos populares e sociais. Os sindicatos que podem defender os seus interesses, como UGT e CCOO, tampouco sabem o que é isso de militância popular e, para maior desgraça do PNB, o sindicato ELA, que antes estava sob o seu férreo controlo, funciona agora por conta própria. EA está pior, mas polo menos está nalguns níveis de debate colectivo, e é IU que em piores condições pior parte nesta questom decisiva para o futuro do processo.
- A fraqueza em bases militantes preparadas é efeito da sua opção estratégica pola política burguesa e colaboracionista. Se em todo sistema democrático-burguês é extremamente difícil, para nom dizermos impossível, compatibilizar durante longo tempo o parlamentarismo burocrático com a existência de umhas bases militantes activas e incrustadas nos movimentos populares e na luta sindical, sendo isto muito difícil, é mais difícil ainda no regime espanhol, vigiado por uma monarquia militar inacessível ao controlo da pseudodemocracia existente.
- A política institucionalista, parlamentarista e colaboracionista precisa de militantes obedientes dóceis e prontos a se lançarem contra o seu próprio povo em defesa dos interesses da classe dominante, à qual o partido serve. Estes partidos nom duvidam em depurar e expulsar os militantes que nom aceitavam atraíçoar os seus princípios. Quando temem sindicatos próprios que som a sua ancoragem nas massas, também os

purgárom sem piedade. A cada nova claudicação nos princípios, produz-se uma nova depuração das bases que se recusam a continuar as cedências. De facto, todo indica que a nova direcção do PNB está a preparar uma mudança organizativa interna que reduzirá ainda mais os direitos das bases do partido para incidir e controlar a direcção, que verá alargados os seus poderes para impor a tese da co-soberania.

- Desde antes inclusive da "democracia", os principais partidos reformistas encetárom a depuração dos seus sectores esquerdistas e a captação de arribistas, amorfos e até antigos franquistas, limpeza interna e adaptação externa vital para o que iam realizar. As manifestações de fins dos anos 70 contra a esquerda abertzale dificilmente teriam sido possíveis sem estas mudanças. Mas, infelizmente para eles, a autoorganização operária e popular nom desapareceu e recompujo-se com dificuldades, mas deu novos passos até chegarmos à situação actual em que a reivindicação soberanista e independentista cresce empurrada por forças internas ao povo trabalhador, a maioria ampla da população. Nestas condições, é um facto certo a fraqueza destes partidos para incidirem na cerna da vida colectiva, o que os leva a multiplicarem as suas aparições na imprensa.
- Portanto, temem limitações e interesses que os empurram a rejeitar, atrasar ou condicionar no possível, segundo os casos, a prática sustentada com a militância da esquerda abertzale e com os movimentos populares, sociais, etc. Além de com os sindicatos. O que nos interessa aqui é instirmos na essência política e económica de tais interesses, porque irám em aumento na medida que o processo avançar e os obrigar a se posicionarem num sentido ou outro. Ficárom entalados entre os seus interesses corporativos, burocráticos e de partido, de uma parte, e a crescente pressom popular que exige cada vez mais avançarmos conjuntamente até onde for possível num esforço comum por resolver o conflito causado pola ocupação espanhola.
- É por isto que a saída actual de alguns deles é a de desviar a atenção pública para boatos, desmentidos, filtrações interesseiras e mentiras descaradas sobre os possíveis contactos entre a ETA e o Governo. Exigem uma e outra vez, cada segundo, que a ETA dê o passo último, mas eles nom fam nada ou muito pouco por impulsionar os acordos entre as forças bascas. O PNB é o mais hipócrita, o mais interessado em atrasar e sobretudo estagnar os avanços de que falamos, sabendo que quanto mais aprofundarmos nessa dinâmica, mais difícil vai ter a sua negociação privativa e secreta com o PSOE em Madrid.
- Por seu turno, o PSOE sabe que tem de dar uma solução ao "problema basco", para assegurar a sua reeleição e para avançar na solução da crise espanhola, o que o leva a realizar um esforço maior do que o do PNB, mas aumentando inclusive a repressom e a punição aos prisioneiros para fazer calar as críticas do PP no Estado. Tem de fazer malabarismos entre estes dous extremos, mas o tempo pode acabar, porque vai ser quase impossível para estes partidos eleitoralistas e parlamentaristas continuarem a avançar nesta trilha uma vez que se tenha aberto a veda eleitoral de 2007.
- No entanto, isto nom é um problema para a esquerda abertzale, que sempre tivo como um dos seus traços identitários supeditar o eleitoralismo parlamentar aos seus objectivos políticos, à sua estratégia de mobilização de massas e à activação permanente da sua militância. Coerente com isso, está a advertir cada vez com maior ênfase que todo o processo pode ir por água abaixo se nom se avançar nos contactos e acordos no nível político entre os partidos, os movimentos sociais e populares e os sindicatos.



ABRENTE



Edita: Primeira Linha. Redacção: Rua do Home Santo 29, 4º A. 15703 Compostela. Galiza. Telefone: 616 868 589 / www.primeiralinha.org
 Conselho de Redacção: Comité Central de Primeira Linha. Fotografia: Arquivo Abrente. Correção lingüística: Galizaemgalego.
 Maqueta: **ocumodesenho**. Imprime: Litonor S.A.L. Encerramento da edição: 25 de Fevereiro de 2006
 Correspondência: Rua do Home Santo 29, 4º A. 15703 Compostela. Galiza.
 Correios electrónicos: sgprimeiralinha@primeiralinha.org / primeiralinha@primeiralinha.org / Tiragem: 3.000 exemplares. Distribuição gratuita.
 Permite-se a reprodução total ou parcial dos artigos sempre que se citar a fonte. Abrente nom partilha necessariamente a opinión dos artigos assinados.
 Impreso em papel reciclado. Depósito Legal: C-901-1997

X
ANOS
1996-2006

REVOLUÇÃO GALEGA

1996-2006 X aniversário de Primeira Linha

Umha década nom é nada na história dum povo, é um breve período de tempo, umha simples gota de água no imenso oceano da luta de classes, no dilatado processo de emancipação nacional e social de género, porém este ano coincide com o X aniversário da criação de Primeira Linha.

O 1º de Maio de 1996 tivo lugar na rua do Vilar de Compostela a assembleia fundacional de Primeira Linha como culminação de um processo de debate e conhecimento mútuo iniciado a meados de 1995, quando um reduzido grupo de jovens, armad@s de entusiasmo, coragem e audácia, com praticamente todos os elementos em contra, decidem começar a construir na Galiza um partido comunista para o século XXI.

Neste 2006 que agora iniciamos cumprimos dez anos de intensa actividade e intervençom ao exclusivo serviço da classe trabalhadora, das mulheres e da Galiza.

Para comemorar este X aniversário realizaremos ao longo do ano umha série de iniciativas sob a legenda **REVOLUÇÃO GALEGA. Dez anos de Primeira Linha.**

Assim o sábado 18 de Março terá lugar as X Jornadas Independentistas Galegas e posteriormente o sábado 22 de Abril terá lugar umha ceia-acto político-festa.

A inícios do verao terá lugar o IV Congresso de carácter ordinário.

O Comité Central de Primeira Linha agradece a tod@s @s jovens e trabalhadoras/es, que durante esta primeira década, -com diferentes graus de compromisso-, contribuírom à construção e desenvolvimento do projecto revolucionário que representamos. A todas e todos o nosso mais sincero reconhecimento.

Neste ano, as Jornadas Independentistas Galegas, cuja primeira edição se realizou em Janeiro de 1997, coincidem com o X aniversário de Primeira Linha.

De carácter monográfico e anual, tenham sido até o presente o único espaço estável na Galiza para o debate e a formação marxista, umha escola de aprendizagem e conhecimento, em que Primeira Linha tem abordado o futuro do independentismo galego, o papel da cultura, as luitas de outros povos, o modelo de comunismo, a globalização capitalista, a situação da esquerda portuguesa, a opressom da mulher, a validade do leninismo, a situação do idioma, sempre, de umha perspectiva marxista revolucionária, mas aberta a outras vozes e opiniões. Nesta ocasiom, num mundo globalizado, de caos sistémico, de crise civilizacional, onde o capitalismo na sua forma neoliberal aprofunda a falsa saída à crise do sistema que arrasta, agudi-

zando a agressom aos povos, à classe trabalhadora e às mulheres, mediante a guerra imperialista e a homogeneização cultural, a destruição das conquistas sociolaborais e o reforço do patriarcado. Neste contexto, cumpre actualizar o programa e as perspectivas que guiárom sempre a luta por umha nova sociedade, por um novo mundo, reafirmado os objectivos e reptos por que combatemos @s comunistas, e que som a nossa razom de ser. Seguindo a concepçom de espaço aberto e plural que caracterizou sempre as Jornadas Independentistas Galegas, tendo atingido umha década de insubornável compromisso com a luta de libertação nacional e social de género, este ano contamos com destacadas vozes críticas e transgressoras do capitalismo, representativas de diversas correntes da esquerda nacional e internacional, para analisar e debater os *Desafios e necessidades da esquerda do século XXI.*

Ceia-Acto político-Festa

Sábado 22 de Abril às 20.30, no restaurante *Paz Nogueira* (Castinheirinho 14-16, Compostela)

Programa:

- Ceia
- Projecçom do documentário "Revolução Galega. Dez anos de Primeira Linha"
- Leitura de comunicados de adesom e saúdos das organizaçoms convidadas.
- Intervençom de camaradas e d@ Secretário Geral.

- Concerto com:
 - José Constenla
 - Tino Baz
 - Grupo de música tradicional Avelaina (Salvaterra de Minho)

X

Jornadas Independentistas Galegas

Desafios e necessidades da esquerda do século XXI

Sábado 18 de Março de 2006
Hotel Compostela
(Praça da Galiza, Compostela)

11 horas

José A. Brandariz
Professor da UdC e membro do CS A Treu

Igor Lugris

Membro da Direcçom Nacional de NOS-UP

Luisa Ocampo

Militante do Mulheres Nacionalistas Galegas (MNG)

Carlos Taibo

Analista de política internacional

17 horas

Joseba Álvarez

Dirigente da esquerda abertzale

Xosé Manuel Beiras

Líder histórico do nacionalismo galego

Francisco Martins

Director da revista comunista portuguesa Política Operária

Carlos Morais

Secretário Geral de Primeira Linha



ABRENTE EDITORA



FICHA DE SOLICITUDE

nome e apelidos	
endereço	
localidade	código postal
correio electrónico	telefone
publicaçom solicitada	

NOVIDADE



NOVIDADE



Recebe as publicaçoms da Abrente Editora na tua morada preenchendo o formulário e enviando-o co justificante de pagamento da publicaçom ou publicaçoms escolhidas ao Rua do Home Santo 29, 4º A. 15703 Compostela. Galiza. Número de conta para o ingresso 2091 0387 42300009169 de Caixa Galiza-Compostela. Ao preço da publicaçom há que acrescentar 5 € por gastos de envio.

Aclaraçom importante em relaçom aos envios postais. Advertimos às nossas e aos nossos leitores que todos os envios, pedidos, sugestons, etc. que quizerem fazer-nos chegar por correio ordinário, deverão ser a partir de agora dirigidos à nossa sede nacional: rua do Home Santo, nº 29, 4º A, 15703, Compostela (Galiza). O apartado dos correios que até agora vinhamos utilizando para tal fim, ficou desactivado, e deixará de admitir envios a partir do dia 1 de Março.